

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

DIREITOS DA POPULAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS: O CASO DAS ALTAS CONTAS DE ENERGIA NO BAIRRO JARDIM SORRILÂNDIA 3 (RANCHO DOS CIGANOS)

Aprígio Francisco da Silva Júnior¹, Anderson Henrique Vieira², José Júnior Santos Silva³, Maria Maíra Maniçoba⁴, Paulo Henriques da Fonseca⁵

Dentro do Projeto "Casa Legal" e das visitas à comunidade do "Sorrilândia III", periferia da cidade de Sousa-PB, os extensionistas detectaram entre os moradores a grave situação do custo mensal da energia elétrica. A média de consumo muito alta e conseqüentemente o elevado valor das faturas de energia destoavam da simplicidade das moradias. Um fato chamou-nos a atenção: as unidades medidoras e consumidoras estavam muito distanciadas, e quanto mais distantes, maiores eram os consumos e valores cobrados. Para melhor compreender a dimensão do problema, foram realizadas visitas ao bairro Jardim Sorrilândia 3 e, em 15 residências visitadas, com a autorização do morador, coletamos dados do consumo de energia elétrica. Na posse de tais dados, foi sistematizado um demonstrativo de consumo. A média de valores, em maio de 2017, era de R\$ 180,00, inviabilizando as receitas familiares em área de pobreza muito acentuada na cidade de Sousa. Procurando desenvolver soluções frente à demanda, o Projeto contactou por via formal a concessionária de energia, ENERGISA, e não obtendo manifestação da empresa nem solução do problema, apelou-se à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A empresa fornecedora alegava desvios reiterados de corrente elétrica para justificar a medição de consumo tão distante, clara tendência de criminalização da população mais pobre. A exposição versará sobre os resultados e formas de procedimento dessa demanda da qual participaram como coadjuvantes do Projeto "Casa Legal" discentes do CCJS que assumiram a parceria com as famílias para fins de acesso aos meios eletrônicos de reclamação, e com isso, efetivando o acesso ao Direito, contemplando um dos objetivos do Projeto. Ademais servirá como teste de como ações de extensão poderiam ser estendidas como parte prática do aprendizado e ensino jurídico no contexto de graves violações de direitos de população mais pobre e carente de meios de proceder demandas jurídicas tradicionais.

Palavras-chave: acesso ao direito, altas cobranças, energia elétrica.

¹ Aluno do curso de Direito, bolsista, aprigio.ufrn@yahoo.com.br

² Aluno do curso de Direito, voluntário, andersonhvieira@gmail.com

³ Aluno do curso de Direito, voluntário, juniorsantos714@gmail.com

⁴ Aluna do curso de Direito, voluntária, mariamayra_m@yahoo.com.br

⁵ Professor coordenador, profpepaulo@gmail.com